



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL INTEGRADO

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



**Tribunal de Contas
Mato Grosso**

TRIBUNAL DO CIDADÃO



Conselhos de Políticas Públicas: Instrumentos de Controle Social e Participação Democrática



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

A Construção Democrática no Brasil



Cenário Político

- ✓ Em 1984 brasileiros foram às ruas no movimento **Diretas Já**.
- ✓ **Constituição de 88**, com 29 anos de promulgação, foi um **marco** para a democratização das ações públicas.
- ✓ O país saía de anos de autoritarismo, onde o aparelho estatal estava **engessado, ineficiente e extremamente burocrático**.
- ✓ **Nova era** no Brasil, com **participação popular** ativa e combatente.
- ✓ Há no país um **novo cenário** legal, político e social.



Cenário Social

1988

1992

2010

2011

2012

2013

2015/
2016



DIRETAS JÁ

MOVIMENTOS SOCIAIS

1960

1980

1984

Cenário Legal

CONSTITUIÇÃO CIDADÃ - CF 1988	EMENDA CONSTITUCIONAL 19/1998	LRF LEI 101/2000	LEI 131/2009	LEI 12.527/2011
Fortalece a cidadania. (direito e deveres)	Administração Burocrática. (Foco em processos)	Participação da sociedade na elaboração do orçamento e no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. (transparência e clareza das informações Art. 48,I)	Determina a disponibilização, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos públicos	Lei de Acesso a Informação: obriga todos os órgãos públicos a oferecer informações sobre suas atividades a qualquer pessoa que solicitar os dados
Criação de instrumentos de controle social. (Conselhos Públicos)	Administração Gerencial (Foco em resultados)	Gestão fiscal responsável, responsabilização do gestor e participação da sociedade nas aplicações dos recursos públicos	Todos os gestores têm a obrigação de divulgar as despesas e receitas da administração em páginas oficiais	Os gestores precisam disponibilizar no site todas as informações referentes a administração. A informação é a regra e o sigilo é exceção
				
CIDADANIA (Participação Popular + Conselhos Públicos)	EFETIVIDADE (Resultado/ Eficácia, Programas e Projetos de Gestão)	RESPONSABILIZAÇÃO (Participação Popular na Elaboração e Discussão dos Planos)	TRANSPARÊNCIA (Órgãos Públicos)	TRANSPARÊNCIA (Ativa e Passiva de todos os Órgãos Públicos)

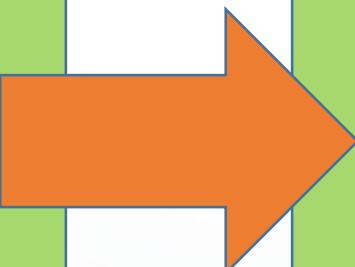
Participação Partilha de Poder

Participação Popular

- ✓ (a voz do grupo)
- ✓ (direitos específicos)
- ✓ (soluções de interesse dos mobilizadores)
- ✓ (fortalece as pessoas)

Participação Cidadã

- ✓ (a voz da sociedade)
- ✓ (direitos sociais)
- ✓ (soluções de interesse coletivo)
- ✓ (foco em políticas públicas)
- ✓ (empodera/fortalece a sociedade)



De onde vem nosso Direito

Art. 1º – A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único.

Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.



Democracia: Representação e Participação

Democracia Representativa

Decisões políticas **tomadas por representantes eleitos** pelos cidadãos. Os "representantes do povo" se agrupam em instituições chamadas Parlamento, Câmaras, Congresso ou Assembleia da República.

Democracia Participativa

Pretende que **existam efetivos mecanismos de controle da sociedade civil** sob a administração pública, não se reduzindo o papel democrático apenas ao voto, mas também **estendendo a democracia para a esfera social**.

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

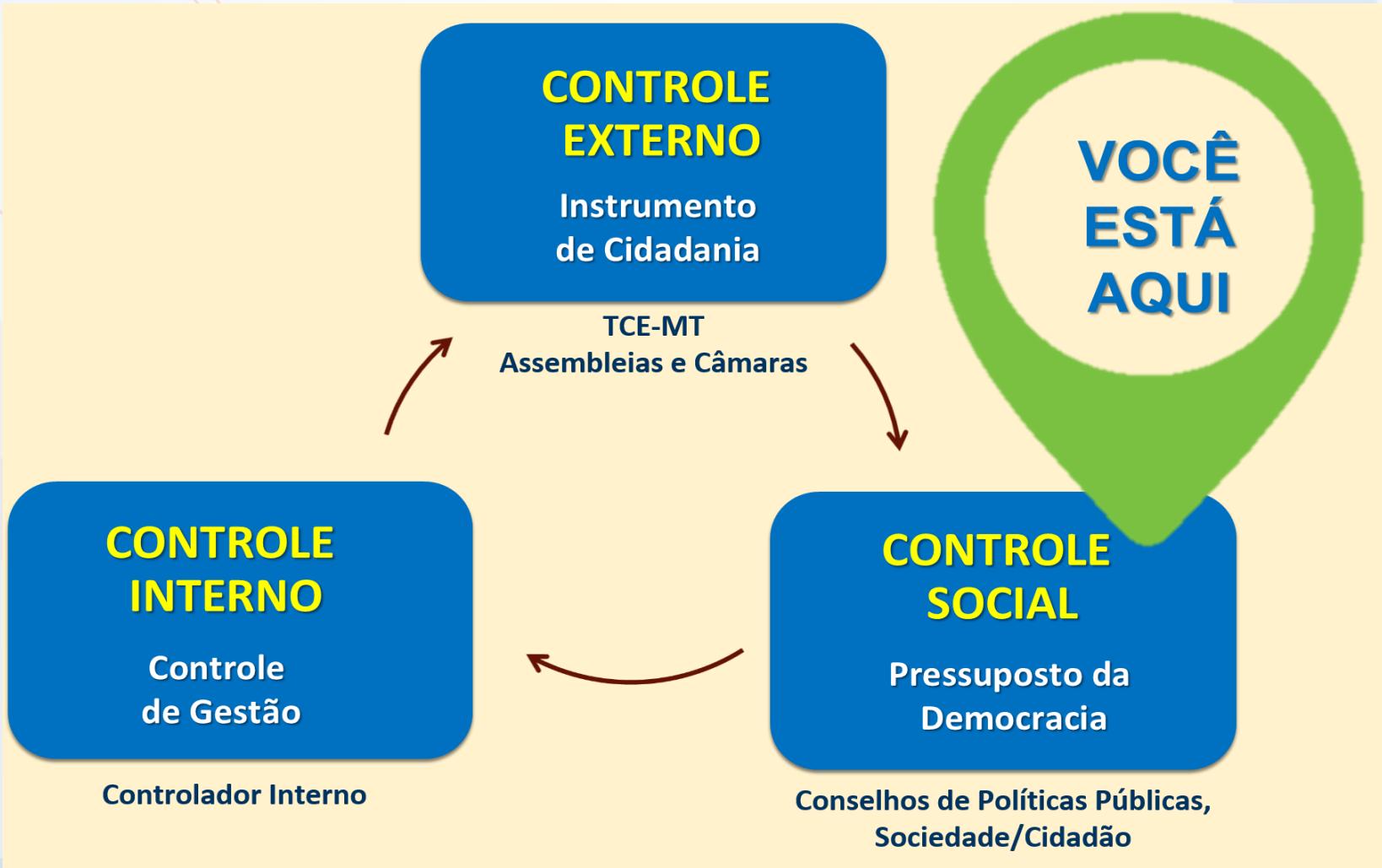
Controle Social: Fortalecimento da Cidadania



**Não existe
Democracia
sem controle**



Controle dos Recursos Públicos



Controle Institucional: quem controla quem

EXECUTIVO		LEGISLATIVO		JUDICIÁRIO
Controle sobre atos da própria administração		Controle sobre atos e agentes do Executivo		Controle sobre atos legais de qualquer dos Poderes
Controles Internos da Administração		Controles Externos da Administração		Controle Jurisdicional
Controle Interno Administrativo	Controle Interno Gerencial	Controle Político	Controle Técnico	Habeas Corpus Habeas Data Mandado de Injunção Mandado de Segurança Ação Popular Outros
Controle sobre os atos da entidade pela própria entidade	Controle sobre os atos da entidade por outra entidade	Controle sobre decisões políticas do Poder Executivo	Controle sobre atos de gestão dos recursos públicos	
Função administrativas clássicas	Controladorias, Auditorias-Gerais, Sistemas de Controles Internos	Legislativo	Tribunais de Contas, Comissões Orçamentárias e de Fiscalização	Tribunais e Juízes

Controle Social

Pode ser compreendido:

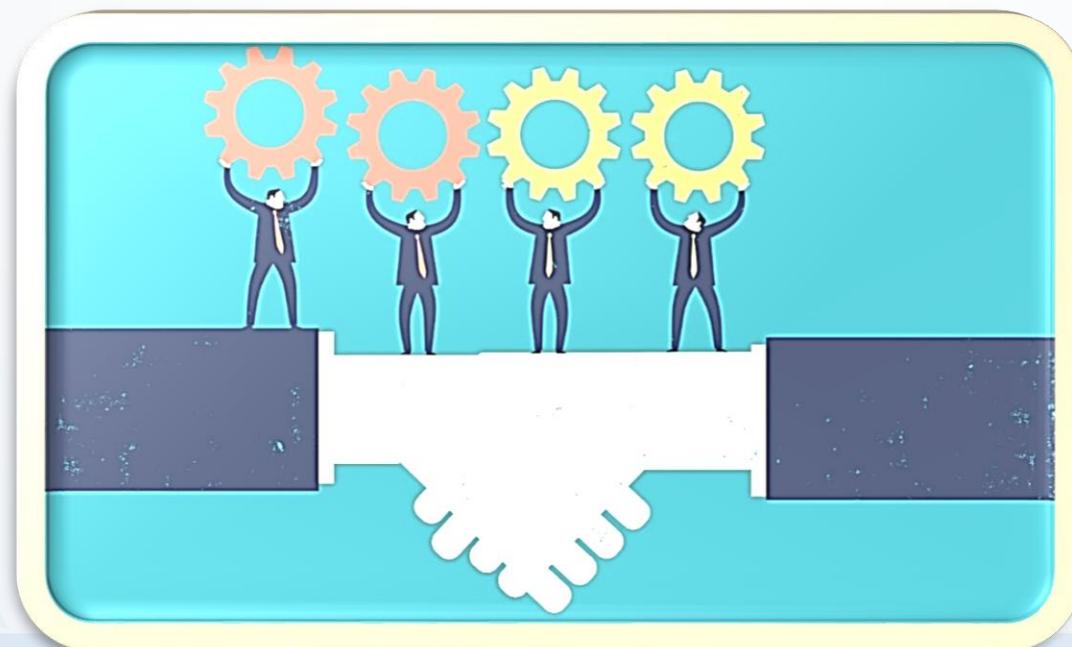
Como uma ação
reguladora, resultante
da participação
popular nas instâncias
estatais e/ou ações
governamentais.



Controle Social

Visa assegurar que:

As políticas públicas sejam planejadas de modo que responda às necessidades sociais e seus **programas sejam **cumpridos** conforme o que foi pactuado.**



Controle Social



**É transversal a toda
política, e não pode
ser confundido
somente com controle
de orçamento.**

O objeto do controle social é abrangente, pois pode ser exercido na elaboração do planejamento, na fiscalização da execução orçamentária dos recursos públicos, na prestação de contas dos gestores e na avaliação dos resultados das ações do governo.



Dimensões do Controle Social

Dimensão Política

Relacionada à mobilização da sociedade para influenciar a agenda governamental, indicar prioridades, acompanhar a execução dos serviços e das políticas públicas e participar dos processos de avaliação.

Dimensão Técnica

Diz respeito ao trabalho da sociedade para fiscalizar a gestão de recursos e apreciação dos trabalhos governamentais, inclusive sobre o grau de efetividade desse trabalho na vida dos destinatários.

Dimensão Ética

Trata da construção de novos valores e de novas referências, fundados nos ideais de solidariedade, soberania e justiça social.

O Cidadão e o Controle Social

Não adianta os controles institucionais (externo e interno) agirem, se não conseguem fazer com que esse **tema seja inserido na agenda do cidadão**.

O **cidadão** precisa se sentir **parte do controle social**.



Quais ações de Controle Social você realiza?

Participa

das Audiências Públicas?

Vai

as reuniões que discute o Orçamento Participativo?

Frequenta

a Câmara Municipal para discutir assuntos de interesse da população?

Acompanha

as prestações de contas da Prefeitura?

Recorre

as ouvidorias para reclamar de má qualidade ou denunciar irregularidades nos serviços públicos?

Grau de participação do público no processo decisório

Poder decisório da organização



INFORMAÇÃO	PERSUASÃO	CONSULTA	PARCERIA	CONTROLE
A decisão é tomada e o público é comunicado a respeito	A decisão é tomada e há uma tentativa de convencimento do público	O problema é apresentado, as opiniões são coletadas e a decisão é tomada	Os limites são previamente definidos; as informações são partilhadas e a decisão é conjunta	A decisão é tomada pelo público, que assume a responsabilidade pública

Fonte: Eldsvik, 1978 apud Sanchez, 2008, p. 411.



Participação do público nas decisões

Quando os indivíduos se recusam a participar das decisões sociais:

ACEITANDO

que os problemas da sociedade
sejam pensados e resolvidos
por outras pessoas

DESCONHECENDO

a destinação dos recursos
orçamentários

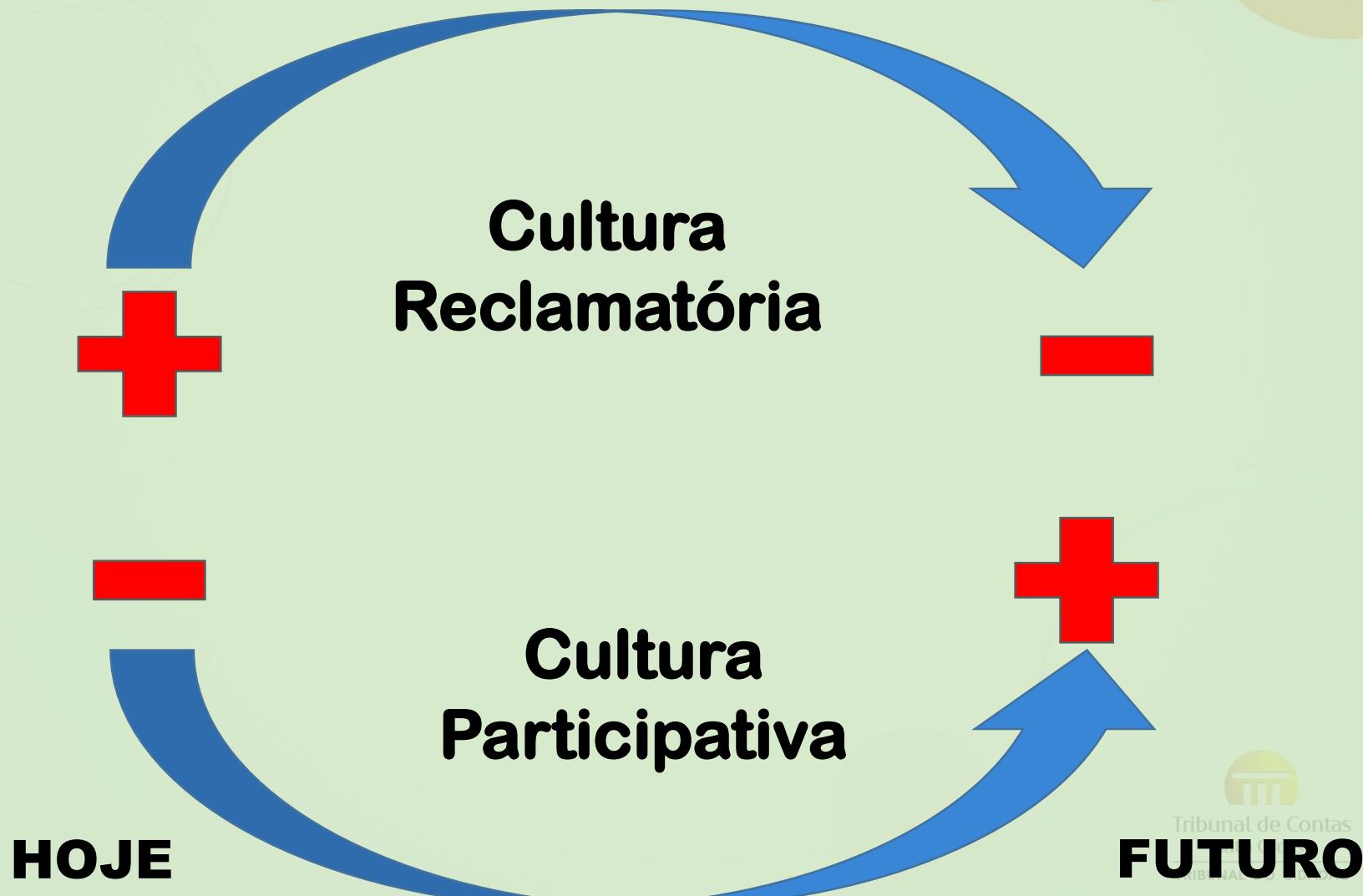
DEIXANDO

de participar dos debates sobre
a definição e o planejamento
das políticas públicas

ENFRAQUECENDO

a democracia com a ausência
de legitimação das ações e
decisões públicas

CULTURA DO CONTROLE SOCIAL



PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

Conselhos: Instrumentos de Controle Social





Na constituição de 88 os conselhos de políticas públicas ganharam forma. Mas, foi a partir da formatação de leis específicas, ainda nos primeiros anos da década de 90, e que começaram a se efetivar.

A simples existência da estrutura dos conselhos de políticas públicas **não garante** a sua **efetividade**.

Enquanto espaço de articulação da sociedade com os agentes estatais, os conselhos de políticas públicas estão centrados em **dois pilares**:

1 – DEMOCRATIZAÇÃO
(ampliação da participação social)

2 – DESCENTRALIZAÇÃO
(das políticas sociais e fortalecimento do poder local)



1 – O reconhecimento do povo como **AGENTE TRANSFORMADOR**

2 – **CULTURA CRÍTICA**, com base no repúdio a todas as formas de opressão



Os conselhos são
espaços públicos de
composição plural e
paritária entre estado e
sociedade, de natureza
PROPOSITIVA,
MOBILIZADORA,
DELIBERATIVA,
FISCALIZADORA e
CONSULTIVA,
cuja função é formular
execução das
políticas públicas.



PROPOSITIVA

Propor políticas públicas, sugerir formas de avaliação e de mensuração de resultados

MOBILIZADORA

Refere-se ao estímulo a participação popular na gestão pública

DELIBERATIVA

Refere-se a prerrogativas dos conselhos de decidir sobre estratégicas utilizadas nas políticas públicas

FISCALIZADORA

Pressupõe o acompanhamento e o controle dos atos praticados pelos governantes

CONSULTIVA

Relaciona-se à emissão de opinião e sugestão sobre assuntos que lhe são correlatos



Natureza Propositiva dos Conselhos

Visão Global e Sistêmica da Gestão





PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Leis Orçamentárias

PPA

Plano Plurianual

LDO

Lei de Diretrizes
Orçamentária

LOA

Lei Orçamentária
Anual

O PPA faz um **planejamento** da **políticas públicas** e **programas de governo** para o período de 4 anos.

Apresenta as **dimensões estratégicas**, os **objetivos**, estipula as **metas** e delineia as iniciativas. **Associando os programas orçamentários aos objetivos**.

A LDO **orienta** ano a ano **como esses programas e objetivos devem ser realizados**.

Destaca **metas e prioridades** para a Administração Pública.

A LOA **aloca os recursos públicos** necessários anualmente **para a concretização das metas estabelecidas**.

Define as ações que estão vinculadas as iniciativas **que serão detalhados no orçamento**

Conselhos no Ciclo das Políticas Públicas

Mobilização Permanente dos Segmentos Sociais

Fonte: Vuolo/2016 (adaptação do Livro Gestão Educacional)



PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Oficina: Identificação das demandas da sociedade em relação às políticas públicas





Como será a oficina?



Metodologia

A OFICINA SERÁ REALIZADA

Em grupo para conhecimento e priorização das demandas indicadas pela sociedade que serão inseridas no Planejamento Estratégico e nas peças orçamentárias



Oficina: Composição dos Grupos

1 - Proteção do Gênero Humano

2 - Educação

3 - Saúde

4 - Desenvolvimento Econômico

5 - Patrimônio da Humanidade



Oficina: Composição dos Grupos

1. PROTEÇÃO DO GÊNERO HUMANO:

Defesa de Direitos, Assistência Social, Criança e Adolescente, Idoso, Mulher, Tutelar, Pessoa com Deficiência, Juventude e Bolsa Família

2. EDUCAÇÃO:

Educação, Alimentação Escolar, FUNDEB, Esporte, Cultura e Transporte Escolar

Oficina: Composição dos Grupos

3. SAÚDE:

Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Antidrogas
e Segurança Pública

4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Turismo, Economia Solidária, Trabalho, Emprego, Indústria,
Comércio, Habitação e Transporte

5. PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE:

Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável

Oficina: Orientações

Os grupos devem eleger:

1 Coordenador,
1 Orador e
1 Secretário (Todos Conselheiros)

Trabalho nos grupos: (1h30min)

- ✓ **LEVANTAR** as demandas da sociedade nas suas respectivas áreas, **(60min)**
- ✓ **DOCUMENTAR** 5 demandas por ordem de prioridade **(15min)**
- ✓ **FORMALIZAR** o documento final do grupo e entregar para digitação **(15min)**



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Oficina: Orientações

➤ **Sistematizar as demandas (15min)**

Digitação dos resultados dos grupos e aplicação da avaliação reativa

➤ **Trabalho em plenária (15min, sendo 3min para cada grupo)**

Apresentação pelo orador dos grupos, que deve ser um conselheiro

- Deve ser feita apenas a leitura das demandas

- Não haverá discussão e nem explanação dos motivos



Características das demandas priorizadas nos grupos:



- **Construção coletiva**
- **Consenso nas decisões**
- Representar os **anseios da sociedade**
- Conteúdos **transversais**



Atenção senhores conselheiros



As **demandas** priorizadas **devem buscar** alcançar os **resultados** das políticas públicas (*as ações priorizadas devem indicar o que fazer*) e **não os meios** para atingí-las (*não dizer como fazer*).

Como pensar de forma transversal?

Reducir o número de pessoas acidentadas
(Saúde e SMTU)

Melhorar a qualidade da água
(Meio Ambiente e Saúde) (Educação e Turismo)

Diminuir o déficit habitacional
(Habitação e Assistência Social)

Aumentar a cobertura de crianças em creche
(Educação e Assistência Social)

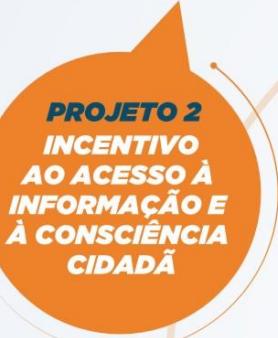
Reducir a pobreza
(Assistência Social e Emprego)



Verbos para formular demandas

- ✓ Ampliar
- ✓ Aperfeiçoar
- ✓ Desenvolver
- ✓ Priorizar
- ✓ Implantar
- ✓ Elaborar
- ✓ Atualizar
- ✓ Rever

- ✓ Aumentar
- ✓ Elevar
- ✓ Reduzir
- ✓ Manter
- ✓ Garantir
- ✓ Adequar
- ✓ Erradicar



Vamos à Oficina



Oficina: Composição dos Grupos

1. PROTEÇÃO DO GÊNERO HUMANO:

Defesa de Direitos, Assistência Social, Criança e Adolescentes, Idoso, Mulher, Tutelar, Pessoa com Deficiência, Juventude e Bolsa Família

2. EDUCAÇÃO:

Educação, Alimentação Escolar, FUNDEB, Esporte, Cultura e Transporte Escolar

Oficina: Composição dos Grupos

3. SAÚDE:

Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Antidrogas
e Segurança Pública

4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Turismo, Economia Solidária, Trabalho, Emprego, Indústria,
Comércio, Habitação e Transporte

5. PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE:

Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável

Mais informações sobre as ações
do TCE-MT voltadas para o cidadão,
entre em contato conosco:

SAI Secretaria de Articulação
Institucional e Desenvolvimento
da Cidadania do TCE-MT

sai@tce.mt.gov.br
Telefones: (65) 3613 2911 / 3613 2926

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

MUITO OBRIGADA!

Cassyra L Vuolo

Secretaria de Articulação Institucional
e Desenvolvimento da Cidadania

cassyra@tce.mt.gov.br
(65) 3613-2911





**Tribunal de Contas
Mato Grosso**

TRIBUNAL DO CIDADÃO